

# PLANEJAMENTO DE OPERAÇÕES PARA 2018



No dia 2 de julho de 2018 exportadores de todo o Brasil terão de migrar completamente suas operações para o Novo Processo de Exportações do Portal Único de Comércio Exterior. A decisão foi tomada pela Siscomex (Comissão Gestora do Sistema Integrado de Comércio Exterior).

A nova rotina trará agilidade e reduzirá a burocracia dos processos de exportação, fornecendo condições aos órgãos públicos e às empresas participantes, garantindo o aperfeiçoamento de seus procedimentos.

Com o avanço da digitalização, por meio da nota fiscal eletrônica e do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), o Fisco já possui em sua base todas as informações em tempo real sobre o que as empresas compram e vendem. Já está sendo formada toda a memória de cálculo de impostos, faturas e suas parcelas a pagar e a receber.

Já é possível ter uma visão anual de seus movimentos e demonstrativos contábeis. O aprimoramento constante das ferramentas de análise é um dos principais fatores para o crescente aumento no volume de arrecadações da Receita Federal do Brasil. Dessa forma, é mandatório que as empresas mantenham a qualidade de seus dados, evitando riscos.

As empresas especializadas podem ajudar nessa nova fase, por meio de sua expertise em negociações internacionais, pois facilitam o dia a dia da operação e fornecem indicadores para maior desempenho na análise e gestão de riscos tributários.

Seus indicativos, quando bem interpretados, norteiam quais processos devem ser revisados e aprimorados para que a qualidade dos dados possa gerar retorno dos investimentos, através do processo Agreement Fiscal.

É imprescindível lembrar que o trabalho de reformulação do governo não acabará por aí. Já é possível adiantar que os próximos passos da Receita Federal do Brasil englobam a reformulação do processo de importação.

Uma das novidades previstas no Novo Processo de Importação, com implementação até o final de 2018, é a criação da Duimp (Declaração Única de Importação), que substituirá as atuais DI (Declaração de Importação) e DSI (Declaração Simplificada de Importação).

A verdade é que a expansão do comércio e sua crescente importância na geração de valor agregado têm atraído atenção internacional para a urgência de uma regulação adequada.

O advento da economia digital e de novos modelos de negócios levaram reguladores nacionais e negociadores a refletirem sobre as características dessas regras.

Nesse contexto, a produtividade nacional e a competitividade comercial dependem cada vez mais de um ambiente institucional sólido, e da redução de barreiras regulatórias - ou, ainda melhor, de convergência regulatória que compreenda e abarque todas as ágeis mudanças que vêm se apresentando ao meio comercial, internacional ou não.

O Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS, sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC) lida com a questão dos arcabouços regulatórios domésticos.

O GATS oferece critérios específicos a serem considerados e aplicados ao longo do desenho e da administração de regras domésticas, que afetem o comércio de serviços.

Esses critérios incluem transparência, objetividade, imparcialidade, moderação e buscam evitar regulamentações excessivamente rígidas, que podem atuar como uma restrição disfarçada ao mercado exterior.

De acordo com a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), em comunicado realizado na quinta-feira, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira previsão para a balança comercial de 2018 estimou que as exportações poderão alcançar US\$ 218,966 bilhões, alta de 1,1% em comparação aos US\$ 216,462 bilhões esperados para este ano.

As importações devem ficar em US\$ 168,625 bilhões, mostrando aumento de 11,7% sobre os US\$ 150,995 bilhões projetados para 2017. Com isso, o saldo

deverá recuar 23,1%, para US\$ 50,341 bilhões no próximo ano, contra US\$ 65,467 bilhões previstos para 2017.

O otimismo dos gestores do governo proporciona uma atmosfera favorável para todas as partes que serão beneficiadas com o potencial aumento de investimentos diretos e indiretos, que representa mais da metade dos investimentos estrangeiros atual no Brasil.

**Luiz Ramos - Presidente SINDICOMIS/ACTC**